

Parágrafo Terceiro: No caso de recuperação judicial ou extrajudicial de qualquer uma das CONSORCIADAS, durante a vigência deste Instrumento, a mesma poderá continuar a participar do CONSÓRCIO, desde que esta situação seja deliberada pela maioria das CONSORCIADAS. Não havendo concordância, haverá a informação ao CLIENTE contratante, para formalizar a anuência deste quanto a alteração da composição consorcial.

## **MULTAS E INDENIZAÇÕES**

### **CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA**

Todas as multas e indenizações previstas no contrato eventualmente celebrado, serão suportadas pelo CONSÓRCIO, salvo se originadas por ato doloso causado por alguma das CONSORCIADAS. Sem prejuízo da solidariedade conjunta estabelecida, as CONSORCIADAS ajustam que, no âmbito interno de suas relações, as consequências decorrentes da referida solidariedade serão suportadas integralmente e com exclusividade, por aquela CONSORCIADA que tiver dado ensejo ao prejuízo, dano e/ou à responsabilização, através de seus empregados, prepostos ou por omissões eventualmente causadas, seja por atos contratuais ou administrativos decorrentes deste, não só à PORTORIOS, como também à terceiros.

Parágrafo Primeiro: A CONSORCIADA que for obrigada a pagar multas ou indenizações devidas por ação ou omissão dolosa da outra poderá reaver de sua parceira tudo o que for pago. O ressarcimento deverá ser efetuado com correção monetária calculada segundo a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) calculado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística); juros de um por cento ao mês (1% a.m.); e multa de dez por cento (10%), a ser calculada sobre o principal corrigido monetariamente e capitalizado.

Parágrafo Segundo: Se alguma das CONSORCIADAS for judicialmente obrigada a pagar qualquer importância a servidores ou empregados da outra, que não tenha origem em prestação de serviços para o CONSÓRCIO, ou for judicialmente responsabilizada por depósitos ao FUNDO DE GARANTIA SOBRE TEMPO DE SERVIÇO (FGTS), contribuições sociais ou previdenciárias e tributos devidos originalmente pela outra, poderá reaver da devedora tudo o que tiver sido pago, sob as sanções previstas na cláusula décima segunda.

## **DESPESAS DO CONSÓRCIO E BENS COMUNS**

### **CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA**

Todas as despesas do CONSÓRCIO deverão ser suportadas por seu próprio caixa, que será suprido com o recebimento do preço da execução das obras e com recursos alocados pelas CONSORCIADAS ou diretamente por suas CONSORCIADAS.

Parágrafo Primeiro: Recebida cada parcela do preço pela execução dos serviços, parte do numerário deverá obrigatoriamente ser mantida em conta corrente do CONSÓRCIO, para fazer frente às despesas comuns necessárias para cobrir as despesas previstas no trimestre imediatamente à frente, sendo que todo mês haverá acompanhamento do PREVISTO X REALIZADO e os ajustes necessários ao PLANEJAMENTO TRIMESTRAL SUBSEQUENTE. O saldo será rateado entre as CONSORCIADAS na forma convencionada entre ambas em reuniões